

DE ACORDO COM O EDITAL 01/2026, DE 09 DE ABRIL DE 2026.



# CAMBORIÚ-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ - SANTA CATARINA

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Específicos

**BÔNUS**  
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



# **AVISO IMPORTANTE:** **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

## **POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?**



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:  
Acesse agora: [www.apostilasopcao.com.br](http://www.apostilasopcao.com.br)

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

**Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.**





# CAMBORIÚ - SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ - SANTA  
CATARINA

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF**

EDITAL 03/2026, DE 09 DE ABRIL DE 2026.

CÓD: OP-085AB-26  
7908403591756

## ÍNDICE

## Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados .....	7
2. Tipologia textual: narrativa, descritiva e dissertativa.....	10
3. Ortografia oficial (Acordo Ortográfico) .....	14
4. Acentuação gráfica.....	17
5. Emprego das classes de palavras .....	18
6. Concordância nominal e verbal .....	24
7. Regência nominal e verbal.....	26
8. Uso da crase.....	27
9. Pontuação.....	28
10. Significação das palavras (sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos).....	29
11. Coesão e coerência textual .....	32
12. Redação oficial (noções básicas).....	33

## Conhecimentos Gerais

1. Município de Camboriú: formação histórica do Município; emancipação política; localização geográfica; limites territoriais; zona urbana e zona rural; principais atividades econômicas do Município; agricultura familiar; comércio; serviços; turismo rural e ecológico; cultura e tradições locais; serviços públicos municipais; noções sobre a estrutura do município e suas secretarias .....	45
2. Estado de Santa Catarina: localização geográfica; formação histórica; colonização; características culturais; principais atividades econômicas; regiões do Estado .....	47
3. Brasil: organização político-administrativa; regiões brasileiras; símbolos nacionais; cidadania.....	50
4. Fatos da atualidade de relevância nacional e internacional divulgados na imprensa .....	59
5. Lei Complementar nº 39/2012 (dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município de Camboriú, das autarquias e das fundações públicas municipais).....	60
6. Lei Municipal nº 2.442/2012 (dispõe sobre o funcionamento da Estratégia da Saúde da Família e dá outras providências).....	85

## Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas: proposições simples e compostas. Conectivos lógicos (conjunção, disjunção, condicional e bicondicional). Tabelas-verdade. Equivalências lógicas. Negação de proposições .....	93
2. Argumentação lógica (validade de argumentos) .....	98
3. Problemas de raciocínio lógico envolvendo: sequências numéricas e padrões.....	102
4. Relações de ordem e equivalência.....	107
5. Problemas com conjuntos.....	113
6. Análise combinatória básica .....	115
7. Raciocínio lógico quantitativo: porcentagem; razão e proporção; regra de três simples; problemas aritméticos .....	118
8. Interpretação de gráficos e tabelas.....	123
9. Resolução de problemas envolvendo lógica do cotidiano .....	126

# Conhecimentos Específicos Técnico em Enfermagem ESF

1. Conceitos básicos em saúde pública.....	135
2. Papel do técnico em enfermagem na atenção básica.....	136
3. Assistência de enfermagem preventiva e curativa.....	139
4. Administração de medicamentos .....	142
5. Vacinação e imunização .....	145
6. Controle de doenças infecciosas.....	150
7. Saúde da mulher, da criança, do adulto e do idoso .....	152
8. Planejamento familiar.....	157
9. Biossegurança .....	159
10. Procedimentos técnicos de enfermagem; Registros e anotações de enfermagem .....	165
11. Participação em programas de saúde da família; SUS .....	168
12. Política Nacional da Atenção Básica.....	171
13. HumanizaSUS.....	171
14. Promoção da saúde .....	176
15. Atuação sob supervisão do enfermeiro .....	177

# LÍNGUA PORTUGUESA

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

### CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

#### ► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

#### ► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

#### ► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

## AMOSTRA

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► **Textos Verbais e Não-Verbais**

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

**Textos Verbais:**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

**Características dos Textos Verbais:**

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

**Textos Não-Verbais:**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

**Características dos Textos Não-Verbais:**

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.



## CONHECIMENTOS GERAIS

**MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ: FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO; EMANCIPAÇÃO POLÍTICA; LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA; LIMITES TERRITORIAIS; ZONA URBANA E ZONA RURAL; PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO; AGRICULTURA FAMILIAR; COMÉRCIO; SERVIÇOS; TURISMO RURAL E ECOLÓGICO; CULTURA E TRADIÇÕES LOCAIS; SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS; NOÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DO MUNICÍPIO E SUAS SECRETARIAS**

### MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ: FORMAÇÃO HISTÓRICA, ORGANIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS<sup>12</sup>

#### ► Formação histórica e emancipação política

A formação histórica do município de Camboriú remonta ao período pré-colonial, quando a região era habitada pelos índios carijós. Com a chegada dos colonizadores europeus, iniciou-se o processo de ocupação territorial, especialmente a partir do século XVII, com a instalação de povoados ao longo do vale do Rio Camboriú.

O desenvolvimento desses núcleos populacionais, como a Barra, o Barranco e a Vila Garcia, consolidou a base para a organização administrativa da região. Em 5 de abril de 1884, Camboriú foi emancipada politicamente de Itajaí, sendo elevada à categoria de vila. Inicialmente, a sede foi instalada na Barra, mas posteriormente transferida para a Vila Garcia, atual centro urbano do município.

Ao longo do tempo, o município passou por importantes transformações, incluindo a perda do território litorâneo com a emancipação de Balneário Camboriú em 1964, o que impactou significativamente sua economia e dinâmica social.

#### ► Localização geográfica e limites territoriais

Camboriú está localizada no estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil, situando-se a cerca de 90 quilômetros da capital Florianópolis. Possui coordenadas geográficas aproximadas de 27°01'31" de latitude sul e 48°39'16" de longitude oeste, com altitude média de oito metros acima do nível do mar.



Localização do município no estado

O município apresenta uma posição estratégica, inserido em importante eixo logístico e econômico, com acesso facilitado por rodovias como a BR-101, além da proximidade com portos e aeroportos.

Seu território possui área aproximada entre 214,5 km<sup>2</sup> e 232 km<sup>2</sup>, conforme diferentes registros, e faz divisa com diversos municípios da região, consolidando-se como parte de um importante polo regional de desenvolvimento.

#### ► Zona urbana e zona rural

O território de Camboriú é dividido entre zona urbana e zona rural, apresentando características distintas em cada uma dessas áreas. A zona urbana concentra a maior parte da população e das atividades econômicas, com destaque para os bairros centrais e áreas de expansão recente.

Já a zona rural mantém forte presença da agricultura familiar e de atividades ligadas ao turismo rural. Regiões como o interior do município preservam características naturais, com presença de Mata Atlântica, rios, cachoeiras e relevo montanhoso.

Essa divisão territorial contribui para a diversidade econômica e cultural do município, integrando desenvolvimento urbano e preservação ambiental.

#### ► Principais atividades econômicas do município

A economia de Camboriú é diversificada e tem como base histórica a agricultura, evoluindo ao longo do tempo para incluir comércio, serviços e, mais recentemente, atividades industriais.

Para compreender melhor a estrutura econômica do município, destacam-se os principais setores:

- Agricultura familiar, com produção de alimentos e cultivo diversificado
- Comércio, responsável pela circulação de bens e serviços na região
- Prestação de serviços, incluindo atividades ligadas ao turismo e infraestrutura urbana

<sup>1</sup> <https://camboriu.sc.gov.br/>

<sup>2</sup> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cambori%C3%BA>

## AMOSTRA

- Indústria em expansão, com criação de polos industriais

Essa diversidade contribui para o crescimento econômico e a geração de empregos.

### ► Agricultura familiar, comércio e serviços

A agricultura familiar continua sendo uma atividade relevante, especialmente na zona rural, com produção de culturas como arroz, milho, feijão, banana e hortaliças. Historicamente, também se destacaram atividades como o cultivo do café e a mineração.

O comércio e o setor de serviços ganharam destaque com o crescimento urbano e o aumento populacional, tornando-se pilares da economia local. Esses setores atendem tanto a população residente quanto visitantes e turistas.

### ► Turismo rural, ecológico e cultural

O turismo é uma das principais vocações do município, especialmente nas modalidades rural e ecológica. A presença de áreas naturais preservadas favorece atividades como trilhas, visitas a cachoeiras, hospedagem em pousadas rurais e práticas de turismo de aventura.

Entre os principais atrativos turísticos, destacam-se:

- Trilhas ecológicas e cachoeiras
- Pesque-pagues e hotéis-fazenda
- Mirantes naturais, como o Pico da Pedra
- Eventos gastronômicos e culturais

Essas atividades contribuem para o desenvolvimento sustentável e valorização do meio ambiente.

### ► Cultura e tradições locais

A cultura de Camboriú é marcada pela influência da colonização açoriana, italiana e alemã, refletindo-se nas tradições, na culinária e nas manifestações religiosas.

A religiosidade é um elemento forte na identidade local, com destaque para festas tradicionais e eventos que atraem visitantes de diversas regiões.

Essas manifestações culturais fortalecem o sentimento de pertencimento da população e contribuem para a preservação da identidade histórica do município.

### ► Serviços públicos municipais

Os serviços públicos em Camboriú abrangem áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura, saneamento e mobilidade urbana. O município tem investido na melhoria desses serviços para atender ao crescimento populacional e garantir qualidade de vida.

Destacam-se iniciativas como pavimentação de vias, ampliação da rede de saneamento, modernização da iluminação pública e fortalecimento da rede de saúde.

### ► Estrutura administrativa e secretarias municipais

A estrutura administrativa do município é organizada em secretarias, responsáveis pela gestão das políticas públicas em diferentes áreas. Essas secretarias atuam de forma integrada, sob coordenação do Poder Executivo municipal.

Para compreender essa organização, é possível destacar algumas áreas de atuação:

- Secretaria de Educação, responsável pelo ensino municipal

- Secretaria de Saúde, voltada ao atendimento da população

- Secretaria de Obras e Infraestrutura, responsável por serviços urbanos

- Secretaria de Assistência Social, que atua na proteção social

Essa estrutura garante o funcionamento da administração pública e a execução de políticas voltadas ao desenvolvimento do município.

## SÍMBOLOS MUNICIPAIS

Bandeira do município



Brasão do município



# RACIOCÍNIO LÓGICO

**ESTRUTURAS LÓGICAS: PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS. CONECTIVOS LÓGICOS (CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, CONDICIONAL E BICONDICIONAL). TABELAS-VERDADE. EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS. NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

## LÓGICA PROPOSICIONAL

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos  $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$ , mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: "(1ª parte): "...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem."

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença  $a$  é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

### ► Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior é a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um "conectivo".

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

## AMOSTRA

**Características de uma proposição**

- Tem sujeito e predicado;
- É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- **Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos:** ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

- **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do terceiro excluído:** toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.
- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples:  $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima

São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	$\neg$
Disjunção não exclusiva	ou	$\vee$
Conjunção	e	$\wedge$
Condicional	Se... então	$\rightarrow$
Bicondicional	Se e somente se	$\leftrightarrow$

► **Tabelas verdade**

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

**Negação**

A partir de uma proposição  $p$  qualquer, pode-se construir outra, a negação de  $p$ , cujo símbolo é  $\neg p$ .

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para  $p$  e  $\neg p$ .

$p$	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são:  $\wedge$  (lê-se e) e  $\vee$  (lê-se ou).

**Conectivo e**

Colocando o conectivo  $\wedge$  entre duas proposições  $p$  e  $q$ , obtém-se uma nova proposição  $p \wedge q$ , denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- **$p$ :** substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- **$q$ :** o aminoácido fenilalanina é apolar.
- **$p \wedge q$ :** substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

**Tabela-verdade para a conjunção**

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

$p$	$q$	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

**Conectivo ou**

Colocando o conectivo  $\vee$  entre duas proposições  $p$  e  $q$ , obtém-se uma nova proposição  $p \vee q$ , denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

- **$p$ :** substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- **$q$ :** substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.
- **$p \vee q$ :** substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Técnico em Enfermagem ESF

### CONCEITOS BÁSICOS EM SAÚDE PÚBLICA

A Constituição de 1988, traz o Título VIII, denominado “Da ordem social”. Dentre os capítulos que compõem o Título da Ordem Social na Constituição Federal, tem-se a descrição da seguridade social, tida como o conjunto integrado de iniciativas geradas pela sociedade em conjunto com poder público, que visa assegurar saúde, assistência e previdência social, em respeito ao disposto no artigo 194 da Constituição Federal.

#### Saúde Pública

A universalidade é a nota característica desse subsistema, que é destinado a toda e qualquer pessoa que dele necessita. Não se limita à prestação de serviços de recuperação, visto que o conceito constitucional é bem mais amplo, dando ênfase à prevenção do risco, através de políticas sociais e econômicas.

A saúde estrutura-se através de um sistema unificado e hierarquizado denominado SUS – Sistema Único de Saúde. As condições de saúde, qualidade de vida e longevidade, influem diretamente no sistema previdenciário, pois, apenas como exemplos, pessoas mais saudáveis, aposentam-se menos por invalidez.

O direito à saúde pública encontra-se positivado na Constituição Federal expressamente nos artigos 6º e 196, sendo um direito social e fundamental, é um dever do Estado. A saúde é inerente ao ser humano, bem como à sua vida com dignidade, sendo fundamento da República Federativa do Brasil, expresso na Constituição Federal em seu artigo 1º, inciso III.

Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º apresenta expressamente a busca por uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e por fim promoção do bem de todos. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 196 apresenta a concepção de saúde.

O Sistema Único de Saúde (SUS), institucionalizado pela Lei Federal nº 8.080, em 1990 – Lei Orgânica da Saúde (LOS) – possui, como princípios, a universalidade de acesso aos serviços de saúde e a integralidade da assistência, cabendo a ele a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica (art. 6º).

Ambas, a Constituição Federal e a Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde – definem o objeto do direito à saúde incorporando o conceito da Organização Mundial da Saúde: “[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a simples ausência de doenças e outros danos”.

O direito à saúde é um dever do Estado, sendo inerente ao direito à vida com dignidade, concretizando assim o direito fundamental e social. O ser humano é o destinatário destes direitos tutelados na atual Constituição Federal da República de 1988<sup>1</sup>.

As políticas de saúde (SUS), de previdência social e de assistência social se pautam pelos seguintes princípios constitucionais relacionados pelo legislador:

Universalidade de cobertura e atendimento;

Uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

Seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços;

Irredutibilidade do valor dos benefícios;

Equidade da forma de participação no custeio;

Diversidade da base de financiamento;

Caráter democrático e descentralizado de administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Vejamos os dispositivos constitucionais correspondentes:

#### TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

(...)

#### CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL

(...)

#### SEÇÃO II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

<sup>1</sup> LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 12 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

## AMOSTRA

III - participação da comunidade.

§ 2º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

IV - (revogado).

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

### PAPEL DO TÉCNICO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA

#### BASE LEGAL, FORMAÇÃO E COMPETÊNCIAS DO TÉCNICO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

##### ► Formação profissional e evolução histórica no contexto do SUS

O técnico em enfermagem surgiu como resposta à necessidade de ampliar a cobertura de cuidados de saúde no Brasil, especialmente a partir da criação dos antigos atendentes de enfermagem na década de 1940. Com a Reforma Sanitária e a Constituição Federal de 1988, que instituíram o Sistema Único de Saúde (SUS), a categoria conquistou lugar estratégico nas equipes de Atenção Primária à Saúde (APS). Atualmente, a formação ocorre em cursos técnicos de nível médio, regulados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação, com carga horária mínima de 1 800 horas. Esses cursos combinam sólida base teórica em fundamentos de enfermagem, saúde coletiva e políticas públicas, com estágio supervisionado em serviços da rede básica, preparando o profissional para o cuidado integral e para o trabalho em equipe multiprofissional.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**EU QUERO SER APROVADO!**

